

PODER

SIP vê “grave ameaça” em decisão de Moraes

Sociedade Interamericana de Imprensa manifesta preocupação com violação do sigilo da fonte, após ações da PF contra ex-secretário do governo do Maranhão

» RENATO SOUZA
» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) classificou como “grave ameaça ao exercício do jornalismo” a realização de busca e apreensão que resultou na violação do sigilo da fonte de um jornalista no Maranhão. A avaliação ocorreu um dia depois de o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizar uma operação da Polícia Federal contra Raimundo Cutrim, ex-secretário do governo do estado, que seria a fonte do jornalista Luís Pablo Almeida, acusado de perseguir o ministro Flávio Dino.

A PF chegou ao nome de Cutrim após Almeida ser alvo de busca e apreensão, em março, também determinada por Moraes. Entre os itens apreendidos na ocasião estava um computador que o jornalista utilizava para escrever reportagens. No equipamento, os investigadores tiveram acesso ao aplicativo WhatsApp Web. Em meio às mensagens identificadas, estava uma conversa com Cutrim, que, de acordo com as diligências, era fonte de Almeida, especialmente nas matérias que apontaram suposto uso indevido de veículos oficiais por Dino e seus familiares.

Para a SIP, a decisão de Moraes abre grave precedente que ameaça a liberdade de imprensa no Brasil. O presidente da entidade, Pierre Manigault, considerou “especialmente grave que a investigação tenha permitido chegar até uma fonte jornalística por meio da análise dos dispositivos apreendidos de um jornalista”.

Manigault, sócio da Evening Post Publishing Inc., empresa de mídia sediada em Charleston, Carolina do Sul, nos Estados Unidos, ressaltou que “a proteção das fontes confidenciais não constitui um privilégio do jornalista, mas uma garantia indispensável para que os cidadãos possam fornecer informações de interesse público sem medo de represálias”.

“Instamos as autoridades brasileiras a garantir o respeito irrestrito ao sigilo profissional e à liberdade de imprensa, bem como a revisar as decisões que possam comprometer a confidencialidade das fontes e a proteção do material jornalístico”, acrescentou.

A presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação, Martha Ramos, ressaltou que “o sigilo das fontes é uma ferramenta necessária e inviolável para o exercício do jornalismo”. Integrante da Organización Editorial Mexicana (OEM), ela disse que “permitir que os equipamentos de um jornalista sejam utilizados para identificar suas fontes estabelece um precedente de graves repercussões para toda a imprensa”. “Se as fontes não puderem confiar que sua identidade será protegida, enfraquece-se uma das condições essenciais do jornalismo investigativo e afeta-se diretamente o direito da sociedade de receber informações de interesse público”, enfatizou.

Outras entidades também se manifestaram, ainda na terça-feira. Em nota conjunta, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) destacaram que as “ações judiciais que quebram o sigilo da fonte não têm amparo constitucional e abrem precedentes que ameaçam a liberdade de imprensa, amparada pela Constituição de 1988”.

“Casos de questionamentos a reportagens devem ser tratados dentro da lei, que prevê direito de resposta e indenizações. A violação do sigilo do profissional e de suas fontes leva a intimidações contra a

Antonio Augusto/STF



O caso está com o ministro Alexandre de Moraes por ter paralelos com o Inquérito das Fake News

Entenda o caso

Suposta perseguição

- » A Polícia Federal investiga uma suposta perseguição contra o ministro Flávio Dino, do STF, que envolve o vazamento de dados relacionados à segurança do ministro, possível monitoramento dos deslocamentos dele e a suspeita de invasão a sistemas do Detran e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).
- » Desde novembro, o jornalista Luís Pablo Conceição Almeida, do Blog do Luís Pablo, publicou que Dino estaria utilizando, de forma contínua, em São Luís (MA), um veículo Toyota SW4 oficial do TJ-MA em deslocamentos privados com sua família.
- » O carro teria sido adquirido com recursos do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados (Funseg-JE), destinado à

proteção institucional e atividades do Judiciário estadual, e pertenceria à frota restrita do tribunal. O veículo seria destinado para o presidente do TJ-MA, corregedores ou apoio eventual a autoridades.

- » Dino alega que há uma “repetição de inverdades” nas informações publicadas pelo jornalista e negou categoricamente qualquer uso irregular de veículos do TJ-MA.
- » Segundo o ministro, um veículo blindado foi cedido após solicitação da Secretaria de Segurança do STF, com base em um acordo de cooperação vigente entre o STF e tribunais do país.
- » Em março do ano passado, Dino informou que sua equipe já havia identificado um procedimento de monitoramento ilegal de seus deslocamentos, publicando placas de carros, nomes e

quantidade de agentes de segurança.

- » Em nota mais recente, a equipe de Dino afirmou que “fatos novos” mostraram que até os veículos particulares de Dino e de sua família estavam sendo monitorados e seguidos, o que motivou o pedido de providências adicionais de segurança.
- » O advogado Berilo Freitas, que defende Raimundo Cutrim confirmou que a decisão cita o cliente como fonte, mas recebeu a medida com “estraneza e preocupação”. Declarou ser estranho investigar o jornalista, o advogado e a fonte em vez de apurar a denúncia em si.
- » A defesa de Luís Pablo declarou que os R\$ 100 mil citados não têm relação com seu trabalho e que não recebeu nenhum valor para publicar matérias contra o ministro.

Reprodução/redessociais



O jornalista Luís Pablo nega ter recebido dinheiro para atacar Dino



Instamos as autoridades brasileiras a garantir o respeito irrestrito ao sigilo profissional e à liberdade de imprensa, bem como a revisar as decisões que possam comprometer a confidencialidade das fontes e a proteção do material jornalístico”

Trecho da nota da SIP

imprensa que não condizem com o Estado Democrático de Direito e o livre exercício do jornalismo”, completou a nota assinada pelas três entidades.

Transferência

A Polícia Federal identificou uma transferência de R\$ 100 mil feitas a Almeida por meio de um advogado, que também foi alvo de operação na terça-feira. A

suspeita é de que o valor teria sido repassado por Cutrim para a publicação de matérias contra Dino. O jornalista nega. Segundo ele, o valor é referente a um empréstimo que seria usado para a compra de um imóvel. A decisão judicial que autorizou as buscas contra Cutrim, assim como todo o inquérito, está em segredo de Justiça.

O **Correio** apurou junto a fontes ligadas ao caso que a PF não

» Flávio dispara críticas a ministro

O senador e pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro (RJ), voltou a criticar, ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou mandados de busca e apreensão contra o ex-secretário de Segurança do Maranhão Raimundo Cutrim. Em publicação nas redes sociais, o parlamentar afirmou que a medida ultrapassa o caso concreto e pode criar um precedente para atingir o sigilo de fontes jornalísticas. Segundo ele, Moraes não teria apenas autorizado a quebra do sigilo de um jornalista, mas permitido a quebra do sigilo de fontes de jornalistas em geral. “Decisão judicial não morre no caso concreto. Vira precedente”, escreveu. O senador também classificou a decisão como um “cheque em branco para matar o jornalismo e a liberdade de imprensa no Brasil”.

enviou ao Supremo um relatório conclusivo, atestando o cometimento de crime por parte do jornalista, mas sim pedidos de aprofundamento das investigações. As buscas contra o ex-secretário tiveram aval da Procuradoria-Geral da República (PGR).

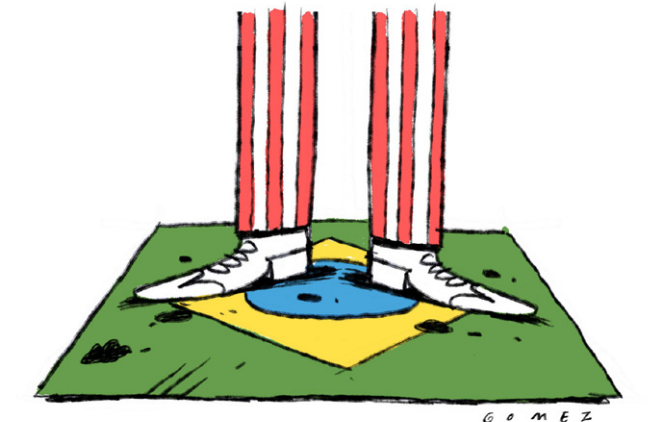
Em nota, Dino negou irregularidades e disse que o uso dos veículos ocorreu em convênio do Supremo com o Tribunal de Justiça do Maranhão.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Nas eleições, Trump deseja que o Brasil volte a ser quintal dos EUA

O Brasil é grande demais para virar marisco na briga entre os Estados Unidos, uma superpotência marítima, e a China, a grande potência continental emergente, que ameaça a hegemonia norte-americana e amplia sua influência na América Latina. Entretanto, o governo Lula pode não passar ileso pela guerra comercial, tecnológica e geopolítica entre as duas maiores economias do planeta. O presidente Donald Trump sonha com uma volta ao passado, quando Washington podia tratar a América Latina como seu quintal e enquadrar aliados e adversários por meio de pressões econômicas, diplomáticas e militares. Agora traduzida pelo slogan America First, a Casa Branca exuma a Doutrina Monroe: “A América para os americanos”, desde que “americanos” signifiquem os EUA. Essa nostalgia de uma ordem perdida aproxima Trump da figura descrita pelo cientista político norte-americano Mark Lilla. Para o autor de A mente naufragada (Record), o reacionário não é simplesmente um conservador. O conservador valoriza as tradições, mas reconhece que a sociedade muda; o reacionário considera a mudança uma catástrofe e deseja reconstruir um passado idealizado. Acredita que houve uma ruptura no curso da história e que a única saída é fazer o tempo correr para trás.

Trump é esse naufrago do passado: promete restaurar a grandeza industrial norte-americana, recompor fronteiras econômicas e recuperar uma supremacia internacional incompatível com o mundo multipolar. Seu projeto tenta repetir, em escala muito mais perigosa, a virada de mesa promovida pelos Estados Unidos na década de 1980, quando o avanço industrial e tecnológico do Japão parecia ameaçar a hegemonia norte-americana.

Tóquio acumulava enormes superávits comerciais e suas montadoras e empresas de eletrônicos conquistavam o mercado dos Estados Unidos. Em 1985, Washington articulou o Acordo de Plaza, que provocou forte valorização do iene e reduziu a competitividade japonesa. O acordo foi uma das causas das “décadas perdidas” do Japão. Para todo o Ocidente, porém, o episódio se tornou símbolo do preço pago por um aliado que se submeteu à pressão norte-americana.

A China não é o Japão. Não depende militarmente dos Estados Unidos, dispõe de armas nucleares, controla cadeias industriais estratégicas e possui um gigantesco mercado interno, além de riquezas naturais, como as terras raras. Além disso, tornou-se a principal parceira comercial de grande parte da América do Sul, inclusive do Brasil.

Um novo Acordo de Plaza não pode ser imposto por Trump a Pequim. Sua alternativa é cercá-la: restringir o acesso a semicondutores e tecnologias avançadas, reorganizar cadeias produtivas, elevar tarifas e tentar expulsar investimentos chineses de áreas consideradas estratégicas, como telecomunicações, energia, inteligência artificial, portos e minerais críticos. O mercado mais próximo é a América Latina.

Eleições de risco

É nesse contexto que ocorrem as eleições no Brasil. Nossa aproximação com a China, a participação no Brics, a defesa do multilateralismo e a autonomia da política externa contrariam Washington. A nova Doutrina Monroe já não se dirige às antigas potências coloniais europeias, mas à presença econômica chinesa. Trump deseja que os países latino-americanos aceitem a liderança dos Estados Unidos ou serão tratados como plataformas de expansão de Pequim.

A crescente interferência norte-americana nas eleições brasileiras nasce dessa lógica. Não se trata apenas de afinidade ideológica de Trump e do secretário de Estado Marco Rubio com a família Bolsonaro e a direita brasileira. Existe uma disputa concreta sobre a futura orientação do Brasil. Um governo alinhado a Washington poderia rever acordos tecnológicos, limitar investimentos chineses, enfraquecer o Brics e apoiar a estratégia dos Estados Unidos na região.

Já um governo comprometido com a autonomia diplomática, mesmo mantendo boas relações com os norte-americanos, preservaria espaço para negociar simultaneamente com Pequim e União Europeia. Para isso, Trump impõe tarifas, sanciona autoridades, critica o Supremo Tribunal Federal (STF) e já não esconde o apoio da Casa Branca à candidatura de Flávio Bolsonaro (PL).

As favas as normas diplomáticas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é considerado um estorvo pelos estrategistas da Casa Branca. Quando Washington relaciona medidas comerciais a decisões da Justiça brasileira ou ao andamento da campanha presidencial, transforma as tarifas em armas eleitorais. Como a balança comercial com os Estados Unidos representa apenas 2% do nosso Produto Interno Bruto (PIB), essa interferência pode ir além das tarifas, por meio de manipulação do ambiente digital, pressões sobre empresas de tecnologia e campanhas de desinformação. A maior ameaça é a nova tentativa de desacreditar o sistema eleitoral, que constrói a perigosa narrativa segundo a qual o resultado das urnas eletrônicas somente será legítimo se reconhecido por Trump.

AGORA
TRADUZIDA
PELO SLOGAN
AMERICA
FIRST, A CASA
BRANCA EXUMA
A DOCTRINA
MONROE:
“A AMÉRICA
PARA OS
AMERICANOS”,
DESDE QUE
“AMERICANOS”
SIGNIFIQUEM
OS EUA